

Hospital Amaral Carvalho celebra 110 anos de história

Sessão solene, nesta sexta-feira, na Assembleia Legislativa de São Paulo, abre as comemorações do aniversário da Instituição de Jaú.

O Hospital Amaral Carvalho (HAC), de Jaú, referência no tratamento de câncer no Estado de São Paulo, inicia as comemorações de seus 110 anos nesta sexta-feira (12). A data será marcada por uma sessão solene, às 09h, no plenário Juscelino Kubitschek da Assembleia Legislativa de São Paulo.

A homenagem foi proposta pelo deputado estadual Thiago Auricchio (PL), que destaca a relevância do Hospital para a saúde pública paulista e nacional. “O Hospital Amaral Carvalho realiza um trabalho exemplar, que merece todo o nosso reconhecimento, apoio e compromisso. Trabalhar para que ele avance e melhore cada vez mais é uma missão que levo comigo diariamente”, afirmou.

A instituição foi fundada em 1915 pelo casal Domingos Pereira de Carvalho e Anna Marcelina de Carvalho que, inconformados pelo aumento no número de mortes de parturientes e crianças no início do século XX por falta de acompanhamento médico nos períodos pré-natal e neonatal, resolveu doar parte de sua fazenda e recursos financeiros para a instalação de uma maternidade, inaugurada em 1936 com o nome de Maternidade do Jahu.

Já na década de 60, o hospital também passou a atender outras especialidades e passou a se chamar Hospital e Maternidade Amaral Carvalho. Mas foi no início de 1970, com o avanço do câncer e com as dificuldades advindas com essa nova doença, que só havia tratamento na cidade de São Paulo, que o Amaral Carvalho tornou-se o primeiro hospital do Interior do Estado de São Paulo especializado no tratamento oncológico.

De lá para cá, o Hospital Amaral Carvalho foi evoluindo, como conta o diretor superintendente do HAC, Antonio Cesarino de Moraes Navarro. “Hoje, somos o maior centro de transplante de medula óssea do país, com mais de quatro mil transplantes realizados em pacientes de todos os estados brasileiros. Também somos hospital de ensino, com residências médicas e multiprofissionais, temos um centro de pesquisas clínicas extremamente importante, com o desenvolvimento de novos medicamentos para o câncer com os principais laboratórios mundiais. E, portanto, ele

está sempre em evolução”.

Além de toda essa infraestrutura, o diretor superintendente do HAC destaca um fator primordial no tratamento do hospital. “A humanização já nasceu no cerne do Hospital Amaral Carvalho, com os nossos instituidores. E hoje, as pessoas que trabalham em nossa Instituição têm incorporadas para si esse DNA da humanização. Isso é um carimbo do Hospital Amaral Carvalho e sempre será o objetivo fundamental da Instituição”, completou Antonio Cesarino de Moraes Navarro.

SOBRE O DEPUTADO

Autor do Código Paulista de Defesa da Mulher, o advogado e deputado estadual Thiago Auricchio (PL) cumpre seu segundo mandato na Assembleia Legislativa de São Paulo. Entre suas iniciativas, está a lei que criou no estado um protocolo de combate à violência sexual em bares, baladas e restaurantes. Também foi o responsável pela instituição da campanha “Fevereiro Laranja”, que promove ações educativas para o diagnóstico precoce e tratamento da leucemia, ampliando a conscientização sobre a doença e suas formas de detecção.

Na área da saúde, Auricchio foi relator da CPI da Fundação para o Remédio Popular (Furp), que apurou denúncias de irregularidades na maior fábrica de medicamentos da América Latina. As investigações revelaram que o governo paulista pagava até sete vezes mais caro por remédios em comparação ao mercado.

Sua atuação combativa o levou a relatar a CPI das Quarteirizações, que investigou problemas em contratos públicos e recomendou a apuração da gestão do Hospital de Campanha do Anhembi.

Na defesa dos direitos das mulheres, Thiago Auricchio foi relator da CPI da Mulher, cujo relatório, aprovado por unanimidade, pediu a cassação do deputado Arthur do Val após declarações sexistas sobre mulheres ucranianas. O documento também apresentou uma série de medidas, como o aumento das Delegacias de Defesa da Mulher (DDMs), a ampliação de unidades em funcionamento 24 horas, a regulamentação da prioridade para vítimas de violência doméstica no IML, além da inclusão do Código Paulista de Defesa da Mulher em equipamentos públicos. O relatório ainda propôs garantir às vítimas prioridade na matrícula de dependentes em escolas próximas de suas residências.